

# Jucá pode ser indiciado por extração de madeira indígena



Banco de Dados

Do correspondente em Cuiabá

O governador de Roraima, Romero Jucá Filho, o superintendente da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Mato Grosso e Rondônia, Nilson Campos Moreira, o ex-superintendente Eraldo Fernandes da Silva e outros três funcionários do órgão foram nominados pelo juiz federal de Rondônia, Edgard Antonio Lippman Júnior, para serem indiciados em inquérito pela Polícia Federal. Eles são acusados de envolvimento nas negociações de contratos para extração de madeira em áreas indígenas.

Além de responder a inquérito policial, eles serão incluídos nos processos referentes à retirada de madeira em área indígena que correm na Justiça de Mato Grosso e Rondônia. Segundo o juiz federal Odilon de Oliveira, que responde atualmente pelos dois Estados, as pessoas nominadas para serem indiciadas devem ser ouvidas pela Polícia Federal.

O pedido do juiz Edgard Lippman teve como base o depoimento do funcionário da Funai, Francisco de Assis da Silva. Ele afirma, em um documento de 15 páginas, que uma

das vendas de madeira foi feita por contrato assinado pessoalmente por Romero Jucá. Francisco de Assis diz ainda que ele próprio recebeu, várias vezes, dinheiro adiantado para intermediar a negociação entre as madeiras contratadas e os índios.

## Despreocupado

Romero Jucá Filho disse ontem que quando foi indicado para o cargo de governador de Roraima, já teve oportunidade de provar, frente ao Senado Federal, "que as acusações não procedem". "Quando fui presidente da Funai tentei regularizar o processo de retirada de madeira das áreas indígenas e até deixei portaria pronta a respeito deste assunto", disse o governador.

Segundo Jucá Filho, "por diversas vezes, a Polícia Federal fez investigações sobre a retirada de madeira das reservas na época em que estive na presidência" da Funai e, desta vez, ele diz que está "despreocupado", pois "não há motivo para o contrário".

## Cz\$ 2 milhões

Segundo o depoimento de Francisco de Assis, o atual superintendente

da Funai, Nilson Campos Moreira, recebeu Cz\$ 2 milhões em uma das negociações. Ontem à tarde, o superintendente afirmou que estas acusações são "inverídicas e absurdas".

"Fui eu quem cuidou de sanear as questões relacionadas aos contratos envolvendo a exploração de madeira em área indígena, tendo tomado como primeiras providências a suspensão de todos os contratos que estavam vigindo em novembro de 87. Após exame criterioso, a maioria dos contratos foi cancelada, segundo interesse da administração e das comunidades indígenas", disse.

Nilson Moreira afirmou também que vai aguardar os resultados do inquérito policial para entrar com "as medidas judiciais cabíveis" contra seus acusadores.

No depoimento que prestou, Francisco de Assis acusa de se beneficiarem com as negociações de madeira o ex-assessor de Romero Jucá, Jorge Elias Soad —que teria ido várias vezes a Rondônia negociar contratos—, o administrador da Funai em Pimenta Bueno (RO), João Gilberto da Silva Nóbrega, e Francisco da Silva Nóbrega Filho, funcionário do órgão.

Romero Jucá, governador de Roraima e ex-superintendente da Funai